

Atuação do TCU gera benefícios de R\$ 1,49 bi aos cofres públicos

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhou ao Congresso Nacional relatório de atividades do TCU relativo ao 2º trimestre de 2007. O documento mostra que a atuação do TCU proporcionará uma economia, nos próximos cinco anos, de R\$ 1,17 bilhão aos cofres públicos com a implementação de nova sistemática de repasse de recursos a terceiros implementada pela Secretaria de Receita Previdenciária. As atividades do TCU também eliminaram desperdícios de custos administrativos e reduziram tarifas públicas e preços máximos em processo de licitação.

O relatório destacou que o tribunal adotou 38 medidas cautelares que determinaram, entre outras providências, a suspensão dos atos ou procedimentos impugnados, para evitar possíveis prejuízos de R\$ 800 milhões aos cofres públicos. Além disso, 620 responsáveis foram condenados ao recolhimento de débito e/ou pagamento de multa, em montante superior a R\$ 140 milhões. O relatório também ressaltou a apreciação e emissão de parecer prévio conclusivo sobre as contas do governo, referentes a 2006, com 28 ressalvas.

O tribunal remeteu cópia de 309 processos ao Ministério Público da União, para fins de ajuizamento de ações cíveis e penais cabíveis, em razão de dano ao erário. O relatório mostra o crescimento expressivo do número de denúncias e representações encaminhadas ao tribunal, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O presidente destacou que houve um aumento de 16% no número de processos julgados pelo TCU em relação a 2006. Segundo ele, o resultado é reflexo do aprimoramento dos processos de trabalho promovido pelo tribunal e do desenvolvimento de ferramentas e métodos que permitem ao TCU atuar de forma cada vez mais seletiva. Walton Alencar Rodrigues observou ainda a busca do tribunal pelo aperfeiçoamento na estrutura legal e normativa de suporte à atividade de controle externo e o constante investimento na capacitação de seu corpo técnico e gerencial.



Ministro abre Seminário de Boas Práticas Ambientais no Poder Legislativo

O ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União participou do I Seminário de Boas Práticas Ambientais no Poder Legislativo, promovido pelo TCU, Câmara dos Deputados e Senado Federal. O ministro destacou a iniciativa das casas em difundir as boas práticas com o seminário, que teve como objetivo compartilhar as experiências obtidas com a adoção de programas de gestão ambiental no âmbito do Poder Legislativo de todo País.

O evento, objetivou conciliar a exposição de práticas desenvolvidas pelo Congresso Nacional, TCU, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, com palestras técnicas capazes de sensibilizar e instruir para a implantação de ações sustentáveis na esfera administrativa governamental.

O secretário-geral de Administração do TCU, Sérgio Freitas de Almeida, apresentou a palestra “TCU Sustentável”, na qual destacou que, na esfera administrativa, o TCU vem adotando soluções cada vez mais corretas sob o ponto de vista ecológico. Citou como exemplos o Projeto Segedam sem Papel, o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério do Meio Ambiente e o Termo de Parceria com a Associação Amigos do Futuro para a coleta seletiva de materiais recicláveis. Lembrou, ainda, que, na construção do edifício anexo III do TCU, serão utilizadas torneiras de baixo consumo e válvulas de descarga inteligentes. Esse tipo de equipamento alia economia e conforto tecnológico de ponta aos usuários. As torneiras serão acionadas por meio de leve toque e possuirão fechamento automático, com potencial econômico de até 55%.

PROJETO TCU SUSTENTÁVEL

Ciente de que exerce papel gerador e incentivador de boas práticas na Administração Pública e de que também é responsável pelo impacto de suas atividades no desenvolvimento sustentável do país, o tribunal aprovou em 2005 o Projeto TCU Sustentável, com o objetivo de realizar levantamento das ações administrativas e de controle externo que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Foi então definida uma estratégia e estabelecidos objetivos e planos para impulsionar o desenvolvimento, mediante ações que integrem às suas atividades diárias o conceito de sustentabilidade.



Atuação do TCU gera economia de R\$ 19,6 bi para os 25 anos de concessão de rodovias

A atuação do Tribunal de Contas da União na licitação dos sete trechos rodoviários constantes da segunda etapa do programa de concessões de rodovias federais representou uma economia de R\$ 19,6 bilhões para os 25 anos de concessão. Após os ajustes determinados pelo TCU, que reduziram o valor médio das tarifas para os sete lotes em cerca de 28 % (redução de 43,06% para a Fernão Dias e de 43,48% para a Régis Bittencourt) e a Taxa Interna de Retorno de aproximadamente 18% para 8,95%, houve intensa concorrência e deságios expressivos em todos os trechos.

Segundo o presidente do TCU, ministro Walton Alencar Rodrigues, “o resultado da licitação para a concessão dos sete trechos rodoviários constantes da 2ª etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais inseridas no Programa Nacional de Desestatização comprova que o Tribunal de Contas da União sempre esteve no caminho correto ao exigir correções e ajustes nos estudos de avaliação econômico-financeira que embasaram a fixação das tarifas máximas de pedágio”.